



Senado escolhe novo presidente hoje para o biênio 2017-2018

Os nomes do líder do PMDB na Casa, Eunício Oliveira, e do vice-líder do governo, José Medeiros, já estão colocados para a eleição. Roberto Requião também pode se lançar

A sessão está prevista para as 16h. Tradicionalmente, a maior bancada da Casa, atualmente o PMDB, fica com a Presidência. Durante a eleição, que poderá ser acompanhada pela página do Senado no Facebook, os senadores vão usar sistema biométrico para agilizar o resultado. De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa, o eleito será conhecido segundos após a votação. O atual presidente do Senado, Renan Calheiros, também deve anunciar hoje se aceita ser o novo líder do PMDB na Casa. **3**



Pedro Franco/Agência Senado

Em fevereiro de 2015, senadores reelegeram Renan Calheiros para mais dois anos no comando da Casa, período que se encerra hoje com a escolha do novo presidente

Proporcionalidade entre partidos orienta composição da Mesa

Definido o presidente da Casa, os senadores escolherão os demais membros da Mesa para o biênio 2017-2018, observando a proporcionalidade

dos partidos. São dois vice-presidentes, quatro secretários e quatro suplentes. A Mesa comanda a atividade política e legislativa do Senado. **3**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Tours institucionais pelo Senado e pela Câmara ficam suspensos até sexta-feira

Cerimônias suspendem visitação, que será retomada no sábado

A visitação ao Senado e à Câmara foi suspensa no último final de semana, em função da organização das cerimônias de abertura dos trabalhos legisla-

tivos de 2017 e da eleição das Mesas Diretoras da Câmara e do Senado. No próximo sábado a atividade será retomada normalmente. **2**



Pedro Franco/Agência Senado

A CCJ trata da constitucionalidade das propostas em análise e de temas polêmicos, como perda de mandato de senadores

Comissões renovam integrantes e elegem comando

Nos próximos dias, a formação e o comando das comissões do Senado vão mudar. A renovação ocorre a cada dois anos, com indicações dos partidos para as 13 comissões permanentes

e eleição dos novos presidentes e vices. As mais disputadas e com maior prestígio são as Comissões de Constituição e Justiça e de Assuntos Econômicos. **2**

Congresso inicia amanhã novo ano legislativo 2

MP do ensino médio deve abrir pauta do Plenário 4

O presidente Michel Temer confirmou presença na sessão solene que marcará a retomada dos trabalhos legislativos após o recesso. Ele deverá fazer a leitura de sua mensagem aos parlamentares

Congresso Nacional abre ano legislativo amanhã

O CONGRESSO NACIONAL faz amanhã a abertura do ano legislativo. O evento marca a retomada dos trabalhos após o recesso parlamentar.

Um dos pontos altos da cerimônia é a leitura da mensagem do presidente da República ao Congresso. A presença do presidente Michel Temer já está confirmada e a mensagem deverá ser lida por ele.

Nos últimos anos, a presença do chefe de Estado na abertura do ano legislativo não tem sido frequente. A ex-presidente Dilma Rousseff apresentou pessoalmente mensagem aos parlamentares no primeiro ano do primeiro mandato, em 2011. Nos anos seguintes, o texto foi entregue pelos ministros da Casa Civil da Presidência. Em 2016, em meio à crise no governo, Dilma voltou a comparecer à cerimônia.

O ex-presidente Luiz Inácio



Sessão de abertura dos trabalhos em 2016 teve presença de Dilma Rousseff

Lula da Silva compareceu ao Congresso no primeiro ano de seu mandato. E o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso preferiu enviar as mensagens por meio de ministros.

Temer poderia optar por enviar a mensagem por meio do ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. Nesse caso, quem leria o texto na

sessão solene de abertura dos trabalhos seria o primeiro-secretário da Mesa do Congresso, que deve ser eleito amanhã de manhã, na Câmara dos Deputados.

Cerimônia

A sessão solene começa às 16h, no Plenário da Câmara. A condução dos trabalhos caberá ao presidente do Congresso e do Senado, que será eleito hoje.

A leitura da mensagem enviada pelo Executivo ao Legislativo, na qual o presidente da República fala das expectativas e planos para o ano e das parcerias que podem ser feitas com os demais Poderes, marca o início dos trabalhos da sessão.

Para 2017, a expectativa é de que a mensagem de Temer trate das reformas que já foram enviadas ao Congresso e que ainda dependem de aprovação, como a da Previdência.

Depois é a vez de a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, fazer sua apresentação para 2017.

A sessão é encerrada com o discurso do presidente do Congresso. Os demais parlamentares não fazem uso da palavra.

A abertura das atividades do Congresso no dia 2 de fevereiro de cada ano está prevista na Constituição.

Em mensagem, Temer deve defender as reformas propostas pelo governo

O envio da mensagem presidencial ao Congresso no início da sessão legislativa, expondo a situação da nação e solicitando as providências necessárias, é uma das competências privativas do chefe do governo, previstas na Constituição.

A recorrência de temas, como a defesa de reformas, marca essas mensagens. Em 2 de fevereiro de 2016, a ex-presidente Dilma Rousseff defendeu a reforma da Previdência, assunto que deve constar da mensagem do presidente Michel Temer, já que a proposta dele de mudanças na área está pendente de exame na Câmara e no Senado. Dilma também defendeu uma reforma tributária. Essa mudança não aconteceu e deve estar no texto de Temer.

Há recorrência também nos desafios a serem enfrentados:

como Dilma, Temer terá de conter a desaceleração econômica. Embora a inflação esteja em declínio, com projeções de 4% e de 3,4% em 2017 e 2018, respectivamente, o conjunto dos indicadores sugere uma atividade econômica abaixo do esperado, conforme diagnóstico do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

Presença obrigatória

O comparecimento do presidente da República na abertura da sessão legislativa, que tem acontecido como ato de cortesia do governante com o Legislativo, pode tornar-se obrigatório. É o que prevê a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/2016, em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta é do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Comando das 13 comissões permanentes será renovado

Com a retomada dos trabalhos legislativos, a partir de amanhã, as comissões permanentes do Senado devem eleger os novos presidentes nos próximos dias. O comando se renova a cada dois anos, no início da primeira e da terceira sessões legislativas. Os integrantes são designados pelo presidente da Casa, por indicação dos líderes partidários, observando-se a proporcionalidade das bancadas.

A proporcionalidade é prevista na Constituição e no Regimento Interno do Senado.

Pelas regras, na terceira sessão legislativa, como agora em 2017, nos cinco dias úteis que se seguirem à indicação dos líderes, cada comissão tem de se reunir para instalar os trabalhos e eleger presidente e vice. O Senado tem 13 comissões permanentes. Os colegiados, divididos por temas, foram criados para analisar, debater e aprovar os

projetos apresentados. Há a possibilidade da criação de até quatro subcomissões dentro de cada comissão.

Mais disputadas

As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) costumam ser as mais disputadas, por serem consideradas as de maior prestígio. A CCJ opina sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das propostas. Também trata de temas polêmicos, como perda de mandato de senador e recursos às decisões da Presidência do Senado.

Já a CAE trata das questões econômica e financeira dos projetos, como política de crédito, comércio exterior e sistema monetário. É responsável também por sabatar o presidente do Banco Central e os ministros indicados ao Tribunal de Contas da União.

Visitação no Senado e na Câmara está suspensa até sexta-feira

A visita às instalações do Congresso, suspensa no final de semana devido aos preparativos para a cerimônia de abertura dos trabalhos legislativos e à eleição da Mesa Diretora da Câmara e do Senado, será retomada no sábado.

As visitas podem ser feitas todos os dias, inclusive aos feriados, das 9h às 17h30. O roteiro dura cerca de uma hora, com saídas a cada 30

minutos do Salão Negro, com acesso por meio da rampa do Congresso. Às segundas e sextas, grupos com mais de 15 pessoas precisam marcar as visitas. De terça a quinta, somente grupos agendados com antecedência de pelo menos um dia podem participar. Visitas com monitores que falem inglês, francês e espanhol, ou intérpretes em Libras, também devem ser marcadas pela internet.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Eleição da Mesa

16h Sessão preparatória destinada à eleição da Mesa do Senado.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Diretor-adjunto: Sílvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Novo presidente do Senado será escolhido hoje

Eleito vai comandar o Congresso Nacional no biênio 2017–2018. Eunício e Medeiros já lançaram candidaturas. Requião ainda pode concorrer

OS SENADORES EUNÍCIO Oliveira (PMDB-CE) e José Medeiros (PSD-MT) devem disputar hoje a Presidência do Senado para o biênio 2017–2018. Líder do PMDB, Eunício foi indicado pela bancada, a maior da Casa. Medeiros, vice-líder do governo, aposta no sigilo do voto para ganhar apoios. As candidaturas precisam ser registradas perante a Secretaria-Geral da Mesa até o início da sessão de eleição.

Tradicionalmente, o partido com a maior bancada fica com a Presidência, mas são comuns candidaturas alternativas. Eunício foi escolhido ontem pelo PMDB numa reunião dos senadores do partido. Ele está no primeiro mandato, é senador desde 2011. Foi deputado federal (1998–2010) e ministro das Comunicações (2004–2005) no governo Lula.

O atual presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou a indicação e disse ter certeza de que Eunício, se eleito, fará um bom mandato.

— Tem experiência, liderança e espírito público. Saberá conduzir o Senado neste momento difícil da vida nacional.

A reunião do PMDB também serviu para que os correligionários escolhessem Renan como novo líder do partido. Ele agradeceu, mas não confirmou se aceitará o posto.

— Estou refletindo para que não tenha divisão do partido. Tenho até amanhã para decidir. Quero colaborar com o partido e com o Brasil.

Concorrente

José Medeiros foi eleito em 2010, como suplente de Pedro Taques, e assumiu o



Eunício é líder da maior bancada da Casa, Medeiros aposta nos dissidentes e Requião ainda não confirmou se disputará



mandato em 2015 quando o titular tornou-se governador de Mato Grosso. Ele iniciou a atuação parlamentar no PPS, mas migrou para o PSD no início de 2016.

Medeiros organizou uma reunião aberta ontem, para a qual convidou todos os senadores que tivessem interesse em ouvir suas propostas ou em sugerir mudanças na condução do Senado. Ele afirmou que decidiu lançar-se à Presi-

dência para gerar debate em torno da eleição e do cargo.

— Neste momento político fragilizado, uma candidatura única seria mal compreendida pela sociedade. Um grupo de senadores entendeu que era preciso ter mais de uma.

Medeiros afirmou que já conta com “quase 30 votos”. Ele aposta que, no momento da votação, as bancadas não estarão coesas.

— O voto é secreto, e os se-



nadores ficam protegidos de retaliações. Muitos não estão acompanhando suas bancadas. Estamos em tempos diferentes, e não se surpreendam se este grupo for o vencedor.

Terceira via

Uma terceira opção pode surgir com Roberto Requião (PMDB-PR). Ele foi o único membro do PMDB a não participar do encontro que definiu Eunício como candidato.

Urna eletrônica conta com sistema de segurança cruzado e biometria

Uma nova urna eletrônica será utilizada hoje na eleição da Mesa do Senado.

Desenvolvida pela Câmara dos Deputados para eleger o presidente do Senado e os demais membros da Mesa, a urna contará com um sistema de segurança cruzado: cada senador terá que utilizar senha e biometria em sua identificação.

Na sequência, segundo o secretário-geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira, o senador escolherá a foto dos candidatos a presidente da Mesa e aos demais cargos.

— O sistema de segurança cruzado impede completamente invasões de terceiros ou o voto de um senador pelo outro — disse.

Bandeira ressaltou que o resultado será exibido, imediatamente, no painel eletrônico do Plenário e, em seguida, publicado no Portal do Senado.

— O sistema evitará aquela apuração que fazíamos antigamente, de cantar voto a voto, totalizar os votos, para só então proclamar o resultado. Teremos um resultado pronto em alguns segundos.

Cidadão vai poder acompanhar pela página no Facebook

A página do Senado no Facebook transmitirá ao vivo a sessão de eleição da Mesa Diretora para o novo ano legislativo. A partir das 16h, os mais de 2,5 milhões de seguidores da página poderão acompanhar a sessão dentro da própria plataforma. Para ter acesso ao conteúdo, proveniente do sinal da TV Senado, basta que o internauta acesse a página e pressione o botão play.

Senado no Facebook: [facebook.com/senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

O senador apresentou uma série de medidas que gostaria de ver adotadas pelo próximo presidente. Ele disse que, caso nenhum dos candidatos adote a pauta, pode se lançar. No entanto, diz que não há chances de derrotar a candidatura de Eunício — que conta com apoio da base do governo.

— [Vou apresentar candidatura] só no caso de não aceitarem a proposta de democratização que estamos colocando. Mas não há condição de ganhar do governo. Todo mundo tem indicações no governo, nas estatais, libera emenda. Não há ilusão.

Entre as propostas de Requião, estão o fim das votações simbólicas, a distribuição de relatórios por critérios imparciais (atualmente os relatores de projetos são escolhidos pelos presidentes das comissões), o fim das comissões especiais com poder de decisão final sobre projetos e uma nova regulamentação da tramitação de medidas provisórias.

O senador se reuniu com José Medeiros para apresentar as propostas. Medeiros disse que elas são “importantes para o andamento do Senado” e antecipou que deve acolhê-las.

Reuniões

Diversas bancadas passaram o dia em reuniões para definir os posicionamentos na eleição, novas lideranças e indicações para a Mesa e para as comissões. Além do PMDB, o PT, o PSB, o PP e o DEM tiveram deliberações internas. O PSDB fará uma na tarde de hoje, pouco antes da eleição.

Segunda maior bancada do Senado, o PSDB deve ficar com a Primeira Vice-Presidência. O PT, com a terceira maior, tende a garantir a Primeira Secretaria. Além de concorrer à Presidência, o PMDB deverá indicar um nome para a Segunda Vice-Presidência.

Tamanho das bancadas definirá composição da nova Mesa

A eleição dos membros da Mesa do Senado para o biênio 2017–2018 é a principal tarefa dos senadores logo após o recesso parlamentar. Depois de eleger o novo presidente da Casa, eles escolherão os demais integrantes da Mesa, formada ainda por dois vice-presidentes, quatro secretários e quatro suplentes de secretários. O colegiado comanda a atividade política e legislativa do Senado.

Proclamado o resultado da votação para a Presidência do Senado, marcada para hoje, o escolhido conduzirá o processo de eleição dos demais membros da Mesa, no mesmo dia ou nos seguintes, em tantas

votações quanto necessárias até que todos os cargos sejam preenchidos.

De acordo com a Constituição, a composição da Mesa deve refletir a representatividade eleitoral dos partidos ou blocos parlamentares da Casa. Usa-se o critério da proporcionalidade para indicar o número de cargos a que o partido terá direito e a ordem em que exercerá a escolha pelas vagas. A votação é secreta, por maioria de votos, presente a maioria dos senadores.

Proporcionalidade

Quanto maior for a bancada de um partido, mais importantes serão os cargos a sua

disposição. Com base na proporcionalidade e na composição partidária atual, a escolha dos cargos será exercida pelos partidos na seguinte ordem: PMDB (que terá direito a escolher a Presidência, a 2ª Vice-Presidência e a 1ª suplência), PSDB (1ª Vice-Presidência e 4ª Secretaria), PT (1ª Secretaria), PP (2ª Secretaria), PSB (3ª Secretaria), PR (2ª suplência), PSD (2ª suplência) e DEM (2ª suplência). Com bancadas de menos de quatro senadores, outros nove partidos ficam inaptos para pleitear cargos.

Outra hipótese seria calcular a proporcionalidade considerando as bancadas à data da diplomação, segundo regra do

Regimento Interno do Senado que também confirma o princípio da representatividade partidária. Nesse caso, valerá a composição da Casa no início da atual Legislatura, a 55ª, referente a 2015–2018.

De acordo com o Regimento, a ordem de escolha seria: PMDB (Presidência, 2ª Vice-presidência e uma suplência), PT (1ª Vice-presidência e 4ª Secretaria), PSDB (1ª Secretaria), PDT (2ª ou 3ª Secretaria), PSB (2ª ou 3ª Secretaria), DEM (1ª ou 2ª suplência), PP (1ª ou 2ª suplência), PR (1ª ou 2ª suplência), PSD (4ª suplência) e PTB (4ª suplência).

A Mesa tem a atribuição de convocar e conduzir sessões

plenárias e cuidar de eleições internas e votações secretas. Ao presidente cabe convocar e presidir as sessões do Senado e as sessões conjuntas do Congresso. O presidente também define a ordem do dia e conduz as votações.

Comissão Diretora

Os nomes eleitos para a Mesa do Senado integram também a Comissão Diretora, órgão distinto da Mesa, que trata especialmente das questões administrativas. A Comissão Diretora tem a atribuição de administrar o Senado, apresentando projetos de resolução sobre a organização e o funcionamento da Casa.

Ensino médio pode abrir pauta de votações

Aprovada pela Câmara no fim do ano passado, a medida provisória apresentada pelo governo Temer deverá ser o primeiro item votado no Senado na retomada dos trabalhos

O SENADO DEVERÁ iniciar os trabalhos de 2017 com a análise do projeto de reestruturação do ensino médio, enviado pelo governo federal sob a forma de medida provisória. Será o primeiro grande tema em um ano que deve ser marcado por discussões de propostas sobre reformas econômicas e sociais de grande impacto.

Além da iniciativa sobre a educação, a reforma da Previdência Social também será destaque da atividade parlamentar. Apesar de ainda estar tramitando na Câmara dos Deputados, ela já foi alvo de duas audiências públicas no Senado e deve seguir mobilizando os senadores mesmo enquanto não chega à Casa.

Outros assuntos relevantes já fazem parte do dia a dia do Senado desde 2016 e continuarão a mobilizar os debates e as articulações políticas em 2017. Entre eles, estão as mudanças na legislação trabalhista, a restrição aos supersalários no serviço público e as dívidas dos estados com a União.

Ensino médio

A MP 746/2016 promove a reorganização do ensino médio, com a estruturação do currículo em blocos temáticos, menos disciplinas obrigatórias e estímulo à educação integral.

Já aprovada pela Câmara dos Deputados, ela tranca a pauta do Senado e será obrigatoriamente o primeiro tema analisado quando os senadores retomarem as deliberações em Plenário.

O texto amplia de 800 para 1.400 horas anuais a carga horária do ensino médio ao longo dos próximos cinco anos e reestrutura o currículo em cinco "itinerários formativos", com diferentes ênfases — cada estudante escolherá o que julgar mais adequado para si. As únicas disciplinas que serão comuns a todos



Em 2016, senadores votaram projetos que limitam o teto salarial dos servidores públicos. Plenário deve analisar agora o fim do efeito cascata entre remunerações

os itinerários e obrigatórias durante todo o ensino médio serão matemática, português, inglês, educação física, artes, filosofia e sociologia.

Alvo de nove audiências públicas durante a análise em comissão mista, a proposta foi duramente criticada por sindicatos e associações de professores e estudantes, mas recebeu elogios de pesquisadores e especialistas da área. Estes, porém, pediram atenção ao financiamento da expansão da educação integral e à formação de educadores. A escolha do instrumento da medida provisória para mudar o sistema do ensino médio foi vista com reservas por todos os debatedores.

Supersalários

No final de 2016, o Senado aprovou projetos de combate aos supersalários do serviço público, que são remunerações acima do teto constitucional, pagas a alguns funcionários e autoridades. Agora o Plenário deve votar a Proposta de Emenda à

Constituição (PEC) 62/2015, que extingue o efeito cascata, que é a vinculação automática entre salários de autoridades. Ela determina que as remunerações de membros dos três Poderes, detentores de mandatos eletivos, ministros e secretários estaduais e municipais devem ser pagas em parcela única, sem adicionais. A PEC recebeu relatório favorável do senador Vicentinho Alves (PR-TO).

Outras propostas

Entre outros projetos com os quais o Senado poderá ter que lidar logo no início das atividades legislativas de 2017, está a medida provisória que reestrutura a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). O prazo de validade da MP 744/2016 termina na quinta-feira da próxima semana. Se não for votada pelos senadores até essa data, a MP perderá efeito. Ela tem relatório favorável do senador Lasier Martins (PDT-RS).

A medida muda a forma de indicação do presidente da

EBC, atribuindo o ato à Casa Civil.

Além disso, o Senado precisará aprovar o nome. O texto substitui o Conselho Curador da empresa por um Comitê Editorial e de Programação, com foco exclusivo na avaliação da programação e composto por membros indicados por entidades representativas de setores da sociedade.

Dois projetos que chegaram ao Plenário no final do ano passado, mas que retornaram para comissões, devem voltar à pauta. O primeiro é o PLS 204/2016, do senador José Serra (PSDB-SP), que permite que os entes da Federação vendam para a iniciativa privada o direito sobre suas dívidas a

receber, processo chamado de securitização.

Ele chegou a ser discutido em Plenário, mas fez nova passagem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para ajustes. Apesar de pressão da base do governo, não teve a votação concluída. Ele inicia o ano de 2017 no início da fila de votações.

Já o PLS 186/2014 prevê a legalização e a regulamentação dos jogos de azar no território nacional. Ele havia sido apreciado apenas pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN). Mas, após críticas em Plenário, seguiu para análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda a escolha de um relator.

Projeto de terceirização do trabalho está pronto para análise do Plenário

O presidente da República, Michel Temer, deverá enviar ao Congresso uma proposta de reforma trabalhista, com alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Algumas mudanças a serem propostas pelo governo federal são o fortalecimento das negociações coletivas, que poderiam se sobrepôr à legislação em alguns pontos (jornada, férias, intervalos), a reorganização da carga horária semanal e a possibilidade de expansão dos contratos de trabalho temporário.

Medidas que alteram as regras trabalhistas são discutidas no Congresso há vários anos. Uma delas é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/2015, que trata da terceirização. O projeto foi apresentado em 2004 e aprovado pela Câmara em 2015. Agora está pronto para ser pautado no Plenário do Senado. Ele permite que

uma empresa terceirize todas as atividades, e não apenas as chamadas atividades-meio (como limpeza e segurança). A proposta estipula responsabilidades que a empresa contratante terá perante os trabalhadores terceirizados, como recolhimento antecipado de benefícios, fornecimento de atendimento médico e alimentação.

Apesar de ainda não ter recebido parecer do relator, Paulo Paim (PT-RS), o projeto já chegou a ser incluído na pauta do Plenário, uma vez que tramita em conjunto com dois outros projetos que já estão prontos para votação. O senador afirmou que o texto traz grande preocupação pela possibilidade de perda salarial e de benefícios previdenciários para os trabalhadores envolvidos e disse que apresentará um substitutivo revertendo vários dispositivos do projeto.

Reforma da Previdência não é consenso entre senadores

A reforma da Previdência encaminhada pelo Poder Executivo (PEC 287/2016) foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados e ainda precisará passar por uma comissão especial antes da deliberação em Plenário pelos deputados. Antes mesmo de chegar ao Senado, porém, ela já é um dos assuntos mais discutidos pelos senadores e é considerada um objetivo prioritário do ano.

A reforma estabelece a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres, com o requisito

de 25 anos de contribuição ao sistema previdenciário. Entretanto, para que o trabalhador receba a aposentadoria integral, será necessário ter contribuído por 49 anos. Para tempos de contribuição menores do que esse, o valor da aposentadoria será proporcional. A regra se aplica aos servidores públicos, mas exclui os militares.

A proposta modifica regras de concessão da pensão por morte (50% dos proventos do segurado mais 10% para cada dependente) e da aposentadoria por invalidez (51% da média dos salários mais 1% para cada ano

de contribuição, ou 100% em caso de aposentadoria motivada por acidente de trabalho).

Dois audiências públicas foram realizadas em dezembro para discutir a proposta, uma pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social e uma pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Os debatedores participantes de ambas criticaram não apenas o modelo apresentado pelo governo federal como também a afirmação de que a Previdência Social seja deficitária.